

PAISAGEM DA LAGOA MIRIM: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE FRONTEIRAS NO SÉCULO XIX

Júlia Braga dos Santos¹

RESUMO

O presente trabalho busca entender o contexto regional que abrange o período de ocupação de um sítio arqueológico identificado a margem da Lagoa Mirim, em Arroio Grande - RS, no interior da Reserva Biológica do Mato Grande. O sítio, de característica multicomponencial, apresenta materiais associados a europeus, indígenas e africanos sobre uma mesma superfície erodida a margem da Lagoa, que enfrenta períodos de emersão e submersão. Sua localização, bem como sua materialidade, levanta questionamentos quanto a seu uso e as relações que se estabeleceram na região durante o período de indefinição de fronteiras geopolítica coloniais. A partir de um levantamento bibliográfico histórico, étno-histórico, arqueológico e teórico-antropológico, assim como da análise de dados da hidrodinâmica da Lagoa Mirim, foi possível: compreender seu processo de formação a partir da dinâmica da Lagoa, compreender o processo de ocupação e colonização da região, das inter-relações estabelecidas, além de traçar um período de uso do sítio.

Palavras-chave: Fronteiras étnicas; Arqueologia histórica; Unidade de conservação.

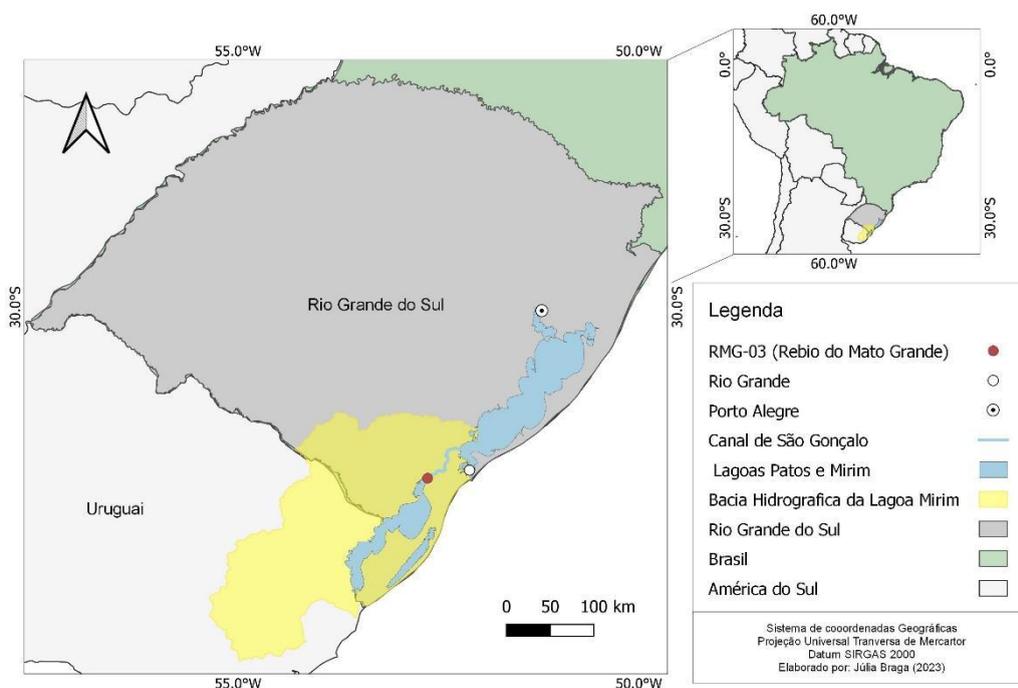
1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim constitui atualmente uma grande área transfronteiriça entre os países Brasil e Uruguai, que fora definida apenas em 1909, através do Tratado da Lagoa Mirim. (GUIMARÃES *et al*, 2011)(fig.1). Apesar de geologicamente recente, a região da Lagoa Mirim, bem como da Laguna dos Patos possui datações que variam de 5500 AP a 200 AP, que apontam para uma vasta ocupação humana da planície costeira do Sul do Rio Grande do Sul e Nordeste do Uruguai, anterior a incursão europeia. (CAFFA, 2020). Embora haja trabalhos bem desenvolvidos no que diz respeito a história colonial da região, e mesmo na ocupação pré-colonial, existem lacunas no que tange as ocupações e relações estabelecidas nas adjacências da Lagoa Mirim após as usurpações europeias. Neste sentido, a existência de sítios arqueológicos por toda a Bacia Hidrográfica, sendo eles pré-colonial, e também de caráter multicomponencial, apresentando registros coloniais e pré-coloniais sobre uma mesma superfície (COPE, 1991), suscitam questionamentos quanto ao uso do território e as relações estabelecidas no entorno da Lagoa Mirim, principalmente no decorrer dos conflitos e tratativas que ocorreram a partir do século XVIII pelas coroas ibéricas na região Sul do continente.

¹ Graduada em Antropologia com linha de formação em Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: juulia_braga@outlook.com

Posto isso, a presente pesquisa² busca responder essas lacunas existentes dentro dessa história regional. Desenvolvida a partir da colaboração da Universidade Federal de Pelotas com a Rebio do Mato Grande, localizada em Arroio Grande - RS, a partir de uma abordagem metodológica de Arqueologia em Unidade de Conservação: buscamos entender essas ocupações ao Norte da Lagoa Mirim sob uma perspectiva arqueológica, antropológica e étno-histórica, a fim de compreender o uso e as relações interétnicas dessa grande zona transfronteiriça que é a Lagoa Mirim.

Figura 1- Mapa representativo da região da Bacia hidrográfica da Lagoa Mirim.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As idas a campo ocorreram durante a execução do projeto Registros³ e resultaram na identificação de 8 sítios arqueológicos inéditos e no encontro de outros 4 já identificados por Cláudio Pereira em 2005. (ALVES, 2012). A prospecção foi realizada nos anos de 2018 e 2019, a partir de caminhamentos no interior da Rebio do Mato Grande. Essa Unidade de Conservação foi criada pelo Decreto Nº 23.798, de 12 de março de 1975, em uma área de 5.161 hectares, que visa a proteção das áreas de banhado, da flora e da fauna local. Sua localização se dá ao Norte da Lagoa Mirim, de modo que sua face Sul margeia a Lagoa, e sua face Leste o Canal de São Gonçalo, tendo seus limites bem próximos à Vila de Santa Isabel, que está localizada à margem oeste do canal. Dos 12 sítios, 11 partilham de características pré-coloniais, relacionadas a grupos construtores de cerritos e guaranis, com significativa presença de materiais cerâmicos em superfície. Enquanto apenas um se distingue dos demais, localizado à margem da Lagoa e apresentando característica multicomponencial, com presença de cerâmicas pré-colonial e louças coloniais do século XIX sobre uma mesma superfície. Este último sítio em questão, também denominado RMG-03 e que será

² Pesquisa originada do trabalho de conclusão de curso da presente autora, denominado “Nas Margens da Mirim: Entre águas e planícies de zonas transfronteiriças” (2021)

³ Projeto coordenado pelo Professor Rafael Corteletti, aprovado pela Comissão Interdisciplinar de Projetos da UFPEL com o código 1931.

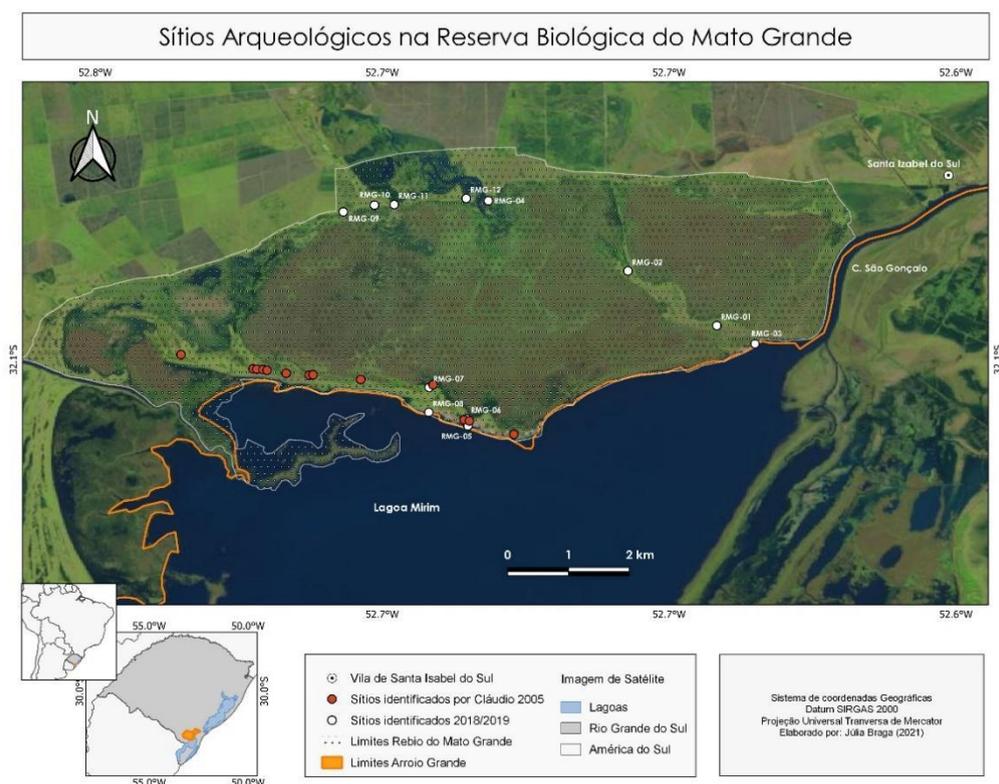
abordado aqui, se distingue não apenas pela sua composição material, mas por sua localização à margem da Mirim e pela forte influência das águas sobre sua estrutura.

2. O SÍTIO RMG-03: MATERIAIS E MÉTODOS DE ANÁLISE

O sítio RMG-03 localiza-se a margem da Lagoa Mirim, próximo a desembocadura do Canal de São Gonçalo, a pouco quilômetros da Vila de Santa Isabel do Sul, município de Arroio Grande (fig.2). Vila esta, que teve a fundação de seu povoado ainda no início do século XIX, a partir das concessões de sesmarias que começaram a ser distribuídas ao fim do século XVIII. (SALABERRY, 2014). De acordo com Brochado (1974), a fase bojuru, que compreende a colonização ao sul da Laguna dos Patos e marca o período de contato entre indígenas e europeus, inicia-se em 1736, a partir da fundação do Presídio Jesus-Maria-José, em Rio Grande, embora o contato seja anterior a essa data, visto que tropeiros já se estabeleciam e exploravam a região das lagoas desde 1715. (MURADÁS, 2008). Nesse contexto regional, a presença de sítios multicomponenciais, composto por registros pré-coloniais e coloniais sobre uma mesma superfície apresenta-se comum, visto que ao menos 8 sítios semelhantes ao da Rebio já haviam sido identificados no lado brasileiro do vale do rio Jaguarão. (COPÉ, 1991).

Os materiais estão dispostos próximo à margem, aparecendo tanto no nível mais alto do terreno, quanto nas paredes erodidas do talude, mas majoritariamente sobre a faixa de areia, onde se espalham de formas isoladas e aglomeradas. Aparecem aflorados no sítio materiais cerâmicos, como: materiais construtivos, louças, cerâmica vidrada, grés e um cachimbo. Além da presença de cerâmica indígena - relacionada a grupos construtores de cerritos e Guaranis -, vítreos, metálicos, ósseos, lítico e carvões. Dada a impossibilidade de trabalhos de campo e laboratoriais durante os anos de 2020 e 2021, devido a pandemia da Covid-19, todos materiais foram analisados a partir dos registros de campo, sem que tenha havido qualquer intervenção no sítio ou nos materiais, além daquelas realizadas em campo durante 2018 e 2019. Sendo assim, foram considerados dados mais gerais sobre uso e/ou processo de manufatura dos diferentes materiais e que, dessa forma, permitissem traçar algumas inferências. Para tal fim, foram exploradas as técnicas decorativas presentes nos fragmentos das louças europeias existentes no sítio RMG-03, visto que estas podem atuar como importantes marcadores temporais. (CALDARELLI, 2004).

Figura 2 - Sítio Arqueológicos identificados na Rebio do Mato Grande.

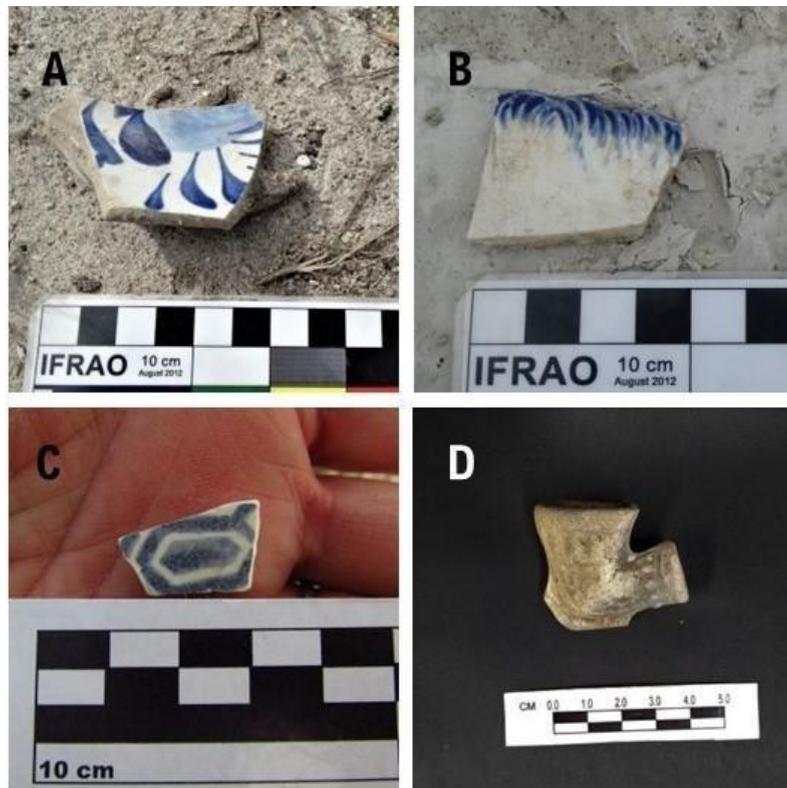


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De modo geral, os materiais presentes no sítio indicam uma ocupação no século XIX, visto que muitos itens se associam ao comércio e modo de vida colonial. A presença de grés, muito utilizado no comércio internacional para o transporte de bebidas e outros líquidos, e que também era reutilizado por comércios locais: cerâmica vidrada, comumente utilizada para o armazenamento e preparo de alimentos, que tiveram as primeiras peças vindas de Portugal junto aos utensílios domésticos dos colonizadores (FACCIO e BACO, 2008 *apud* LIMA *et al*, 1989); além de fragmentos vítreos de garrafas e materiais construtivos, como tijolos e telhas que apresentam uma maior rusticidade em sua pasta. No entanto, a presença de louças foi o que contribuiu para uma melhor definição temporal. A presença de peças no estilo *Peasant style*, *Shell Edge* e carimbadas (fig.3), possibilitaram pensar um período de uso/ocupação da região, levando em consideração o intervalo de tempo da fabricação de cada estilo, e mesmo em um hiato entre a comercialização e uso das peças.

O estilo decorativo *Peasant style* teve sua produção no período de 1810 a 1860. Mas sua popularidade ocorreu apenas entre as décadas de 1840 e 1860. (TOCCHETTO *et al*, 2001). *Shell Edge* por sua vez, teve sua produção iniciada ao fim do século XVIII e estendida por todo o século XIX, sofrendo alterações após a simplificação de sua manufatura. (TOCCHETTO *et al*, 2001). Dividido em dois períodos de produção, apresenta alterações em suas cores e incisões, sendo as do segundo período com peças mais simples e sem detalhes. (TOCCHETTO *et al*, 2001). As louças *Shell Edged* ganharam popularidade no mercado americano devido a seu baixo custo, tornando-se o tipo mais comum de pratos vendidos durante a década de 30. (MILLER *et al*, 2009; CALDARELLI, 2004). Já a decoração carimbada, teve seu início durante a década de 1840, se estendendo até 1860, quando deixam de produzir louças pintadas a mão. (TOCCHETTO *et al*, 2001).

Figura 3 - Objetos encontrados em superfície no Sítio RMG-03, onde: **A**: Louça *Peasant style*, com coloração azul cobalto, produzida entre 1810-1830; **B**: Louça *Shell Edge* com incisões na borda e coloração azul brilhante. Produzida entre 1820-1860; **C**: Louça Carimbada com formato geométrico, produzida entre 1840-1860; e **D**: Cachimbo em cerâmica encontrado no sítio RMG-03.



Fonte: Acervo projeto Registros (2019).

Além desses materiais, um único exemplar de um cachimbo em cerâmica foi encontrado no ano de 2018 (fig.2). Conforme Brochado (1974), em sítios coloniais de formação militar – como os de concessão de sesmarias -, a presença de cachimbos em gesso e cerâmica são comuns, sendo o primeiro de origem majoritariamente europeia, enquanto o segundo poderia ser de confecção local. O cachimbo em questão, confeccionado em cerâmica a partir de molde, com decoração em relevo, levanta questionamentos quanto a sua manufatura e ao grupo étnico atribuído. De acordo com Agostini (1998) e Bernal (2008), cachimbos confeccionados em cerâmica, a partir de molde angular de duas bandas, com decoração ‘perolada’, caracterizada pela sequência de semiesferas e linhas, que se repetem tanto no forninho, quanto na boquilha das peças, podem estar relacionada a oleiros africanos e o uso de seus signos na decoração da peça como forma de resistência cultural – dada a semelhança de tipos decorativos em cerâmicas doméstica e cachimbos à escarificações corporais, entre outros símbolos - visto que, em relatos étno-históricos, a população negra teria sido largamente representada como a principal usuária de cachimbos no Brasil colônia e império.

3. A FORMAÇÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO

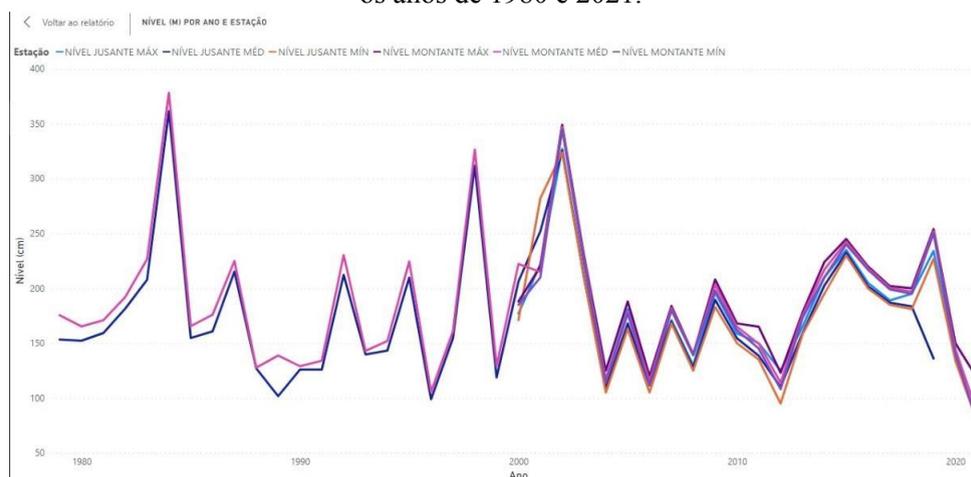
A maneira como os materiais estão dispostos à margem, aglomerados e mesmo em pontos isolados na faixa de areia, com contextos distintos associados, sugere uma influência das águas nos processos de formação do sítio a partir da oscilação do nível da Lagoa, que pode causar erosão, deslocamento e aterramento dos materiais. (SOARES, 2015). Manoella Soares (2015), em sua dissertação, buscando “Compreender a dinâmica dos processos erosivos na faixa de depleção do

reservatório da UHE Capivari-Cachoeira e o potencial de alteração de registros arqueológicos.” (p.26), dispôs de pseudo-artefatos gradeados e georreferenciados à margem do reservatório a fim de observar a influência das águas sobre eles. A autora observou fatores naturais que contribuem para o aumento dos processos erosivos da margem e que colaboram para maior degradação e desconfiguração dos sítios arqueológicos. Foram considerados: a incidência de ventos sobre a água e sua dinâmica através da formação de ondas, a alteração dos níveis do reservatório, o transporte de sedimentos, assim como a ação pluvial. Também foi observado a partir desse estudo, que a variação do nível da água, assim como os fatores naturais erosivos, possui grande potencial de destruição e descaracterização de sítios arqueológicos.

A partir do pressuposto de que o sítio RMG-03 sofre com a dinâmica da água, e buscando entender a dinâmica da Lagoa Mirim, foi possível observar através dos dados do Sistema de Informações Integradas de Recursos Hídricos (SIIRH), a variação do nível de suas águas em determinadas épocas do ano que validam essa ideia. A oscilação do nível das águas associa-se a períodos de estiagem e cheia em diferentes estações, que apresentam um avanço significativo das margens durante a primavera, recuando durante o verão, e mantendo-se durante o outono e parte do inverno.

O Sistema de Informações Integradas de Recursos Hídricos (SIIRH), desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim em parceria com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Hidrometria e Sedimentos para manejo de Bacias Hidrográficas da UFPEL, apresenta dados históricos referente ao nível das águas da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, que contribui para a compreensão da oscilação do nível da Lagoa. (HIDROSEDI, 2021). Foi possível observar a partir dos dados disponíveis no SIIRH (fig.4), a variação do nível das águas em um período de ao menos 40 anos da Bacia Mirim-São Gonçalo. Esses dados são coletados de estações de hidrometria espalhadas por toda a bacia, apresentando níveis mínimos, médios e máximos referentes a jusante e montante.

Figura 4 - Níveis históricos de jusante e montante da Bacia Mirim-São Gonçalo que abrange o período entre os anos de 1980 e 2021.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados do SIIRH (2021).

Nos anos correspondentes as idas a campo, os níveis de jusante e montante apresentaram um período de ascendência, chegando em até 2,5m o nível máximo de montante. Comparando os gráficos que apresentam a variação mensal dos níveis, foi possível constatar períodos de jusante mínimo entre os meses de março e julho – meses em que foram realizadas as idas a campo -, com

elevações que partem deste último mês, chegando ao seu máximo montante entre setembro e novembro. Após esse período, há uma considerável queda que se estende pelos meses subsequentes.

Levando em consideração este fator da variação do nível da Lagoa, bem como a disposição que se encontram os materiais, é preciso considerar o impacto sofrido pelo sítio a cada submersão e emersão, que o causam deteriorações. De acordo com Manoella Soares (2015, 2018), o comprimento Fetch “pista de água onde incide o vento” (2018, p.46), é o que determina a mecânica das águas através da formação de ondas. No caso da Mirim, devido a sua extensão, a baixa profundidade, bem como, estar localizada em uma região com grande incidência de ventos, faz com que seu Fetch seja máximo, ocasionando ondas com um grande potencial erosivo. (FRIEDRICH *et al*, 2004; SOARES, 2015). De acordo com Friedrich *et al* (2004), a lagoa passa por momentos de ressuspensão de sedimento em épocas de maior agitação das águas, fazendo com que os sedimentos mais grossos do fundo sejam remobilizados, enquanto em momentos de maior tranquilidade das águas, a predominância é de sedimentos finos de características argilosas e orgânicas. Sendo assim, esses sedimentos mais grosseiros somados a agitação das águas, possuem um grande potencial de erosão dos solos da margem, assim como da degradação dos materiais ali presentes. (SOARES, 2015).

Foi possível constatar durante as idas a campo, essa erosão das paredes da margem, assim como a visualização do nível estratigráfico do qual pertence o sítio (fig.5). Levando em consideração o grande potencial erosivo que a Lagoa apresenta, é provável que os materiais espalhados pela faixa de areia sejam resultado da erosão dessas paredes, fazendo com que materiais de origem pré-colonial e colonial se misturem em uma única camada sobre a faixa de areia. Conforme Soares (2018), essa movimentação das águas, dificulta a interpretação do sítio, devido a deterioração da margem e a desconfiguração dos materiais.

Figura 5 – A: Erosão do talude à margem da Lagoa Mirim com presença de tijolos em superfície. B: Nível estratigráfico identificado no talude com fragmentos de louças e tijolos.



Fonte: Acervo projeto Registros (2019).

Quanto a dispersão dos vestígios, a partir dos dados levantados em campo através de GPS e Estação total, foi constatada a presença de fragmentos de materiais dispersos pela faixa de areia em um intervalo de pelo menos 400 metros, e uma maior concentração em uma área de aproximadamente 1032,90 m². Na área concentrada, a presença de tijolos aglomerados e dos demais materiais esparsos, demonstram a questão levantada por Soares (2015) quanto o retrabalhamento de materiais de baixa densidade e seu deslocamento tanto vertical, quanto lateral.

4. DAS FRONTEIRAS ÉTNICAS E POLÍTICAS DO SÉCULO XIX

Apesar de recente, as tentativas de conciliação para o estabelecimento de fronteiras ao Sul do continente remetem ao século XVIII, época de grandes conflitos territoriais e tratativas firmadas entre as Coroas Ibéricas. É nesse contexto histórico, que a região passa a ser de grande importância para as questões geopolíticas e econômicas das colônias. Com a instituição do tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em que a Lagoa Mirim passa a integrar os campos neutrais, a região torna-se visada, a fim de garantir o estabelecimento de territórios e a proteção das fronteiras meridionais. (GOLIN, 2012). Embora ambas as coroas não dispusessem do direito de usufruir dos campos neutrais, parte dos grupos marginalizados pela sociedade colonial, como: indígenas, changadores⁴,

⁴ Indivíduos nômades envolvidos na extração do couro, com a caça ao gado chucro e comercialização do couro (MURADÁS, 2008; GIL, 2014).

tropeiros etc., passam a ocupar as planícies da Mirim. (GOLIN, 2012; MURADÁS, 2008). Mais do que uma fronteira territorial e política, a região estabelecia zonas de fronteiras entre aqueles que ali habitavam.

Rogge (2004) afirma que, a noção de zona de fronteira está vinculada as conexões feitas entre sociedades, que envolvem processos de exclusão e conflito, assim como, processos de integração, que abrangem as relações econômicas, culturais e sociais entre diferentes sistemas de cultura. Uma zona de fronteira é estabelecida através de sistemas de assentamento, que representam um “determinado padrão de utilização de recursos e este, por sua vez, em uma relação que envolve custo/benefício, poderá acionar uma conduta territorial” (ROGGE, 2004, p.53), desta forma:

Se o tamanho do território está relacionado diretamente com a área de captação de recursos durante um ciclo anual, como afirmam Vita Finzi e Higgs (1970), uma vez que o sistema de assentamento se torna conhecido, através do estudo da articulação entre seus componentes, suas relações com a paisagem, o espaço físico e ecológico, um dos resultados é a delimitação aproximada do território de domínio de um grupo ou do macro território de uma população. (ROGGE, 2004, p.53).

De acordo com Fredrik Barth (1969), fronteiras étnicas são o que canalizam a vida social, é a partir delas que grupos se identificam e constituem suas relações. Bem como, a partir do contato interétnico e das influências estabelecidas que ocorrem a manutenção dessas fronteiras. Ao decorrer de uma colonização, o sistema social se transforma e passa a ser de caráter poliétnico, em que as diferenças são ampliadas, uma vez que os grupos que a integram atuam para a manutenção de suas distinções. Os valores que compõem e organizam essas fronteiras, passam por alterações a partir da relação de imposição dada pelo colonizador, que alteram não só os sistemas de trocas interculturais, mas também nas relações com o ambiente e seu manejo.

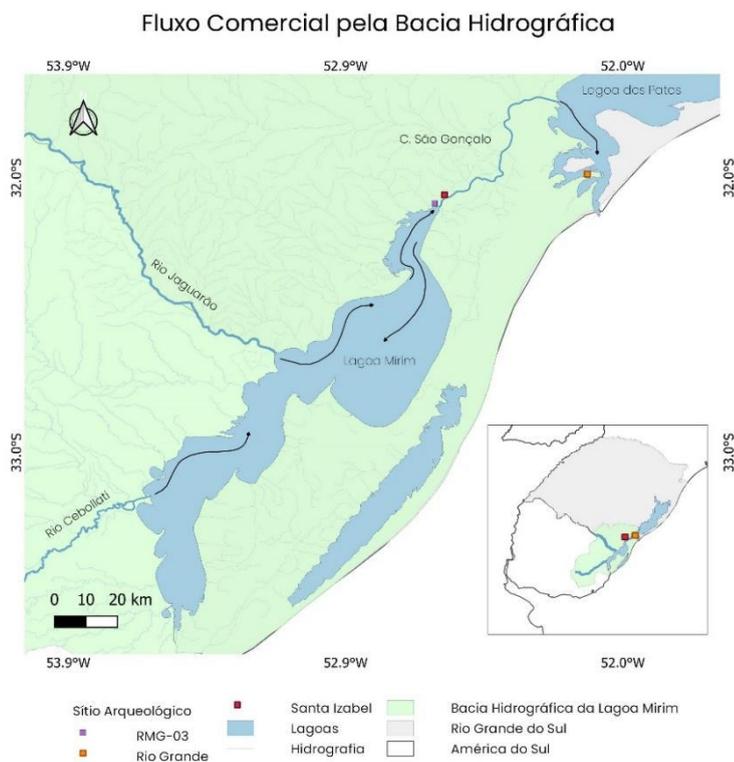
Levando em consideração esses fatores, pensar as dinâmicas sociais e econômicas estabelecidas na região a partir do século XVIII, principalmente após a instituição dos campos neutrais, implica em entender as relações fronteiriças assentadas no entorno da Lagoa Mirim, que propiciaram o êxito do desenvolvimento regional. Neste sentido, é possível considerar a Lagoa Mirim e suas planícies, por aquilo que Barth (1969) chamou por área de articulação em decorrência de um sistema de interdependência ecológica. Ela consiste em vínculos que unem diversos grupos através de interesses em comum, sendo as áreas de articulação aquelas “que podem ser exploradas, ao passo que outros setores de atividade de outros grupos são considerados impertinentes do ponto de vista de cada grupo” (BARTH, 1969, p.201).

Essa interdependência ecológica varia conforme o contexto local e pode haver mais de um tipo em uma mesma região. No caso da Bacia da Mirim, temos dois tipos de interdependência: a que tange as relações entre colonizadores, e aquelas que envolvem grupos marginalizados e colonos. Na primeira, as relações são determinadas por territórios distintos monopolizados, em que a competição por recursos e as articulações, envolvem atividades políticas ao longo da fronteira e em outros setores. (BARTH, 1969). Enquanto a segunda, se caracteriza pela coabitação de grupos distintos em uma mesma área, havendo uma competição mínima por recursos e interdependência limitada, em que as articulações ocorrem através do comércio e de setores cerimonial-ritual. (BARTH, 1969). Ou seja, as áreas ao Norte e ao Sul da lagoa caracterizavam as regiões de monopólio das coroas, enquanto os campos neutrais, em toda extensão da lagoa, caracterizavam essa segunda interdependência ecológica, em que as articulações ocorriam através do comércio.

Neste sentido, a Lagoa Mirim, assim como seus afluentes, foi de grande importância para a dinâmica econômica e social da região, configurando-se como uma grande zona transfronteiriça

baseada na interdependência de grupos distintos. Foi através dela e da articulação entre os grupos que a habitavam, que o comércio do couro e do charque se instituíram: o arrebanhamento e a caça ao gado nas planícies, e o transporte fluvial de mercadorias entre os campos do Uruguai, Santa Isabel do Sul e Rio Grande, todos baseados nas interrelações (fig.5).

Figura 6 - Mapa do fluxo comercial entre lagoas e seus afluentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O sítio RMG-03 situa-se ao norte da Lagoa Mirim, região que foi de monopólio da coroa portuguesa durante a instituição dos campos neutrais. Ele representa um período de grande desenvolvimento econômico da região, marcado pela produção do couro e do charque, pelos comércios fluviais da bacia, a imigração de colonos e a fundação de povoados como o de Arroio Grande. Iniciado em 1803 a partir da Vila de Santa Isabel do Sul, localiza-se a margem ocidental do Canal de São Gonçalo, área estratégica que abrange a entrada e saída das grandes lagoas, Mirim e Patos (SALABERRY, 2014); região crucial entre os campos de vacarias e/ou estâncias, e rota até o porto de Rio Grande, por onde chegavam e partiam as mercadorias.

A primeira metade do século XIX abrange uma série de acontecimentos que envolvem o estabelecimento de novas fronteiras no Brasil meridional. Com os conflitos de 1801 entre as coroas ibéricas, o exército português avança sobre os campos neutrais; em 1817 há a anexação dos territórios da Cisplatina; e em 1825 a independência da República Oriental do Uruguai. Todos esses episódios alterariam as relações poliétnicas estabelecidas na bacia da Mirim. Tendo em vista os materiais que aparecem no sítio RMG-03 e a datação relativa realizada a partir das decorações das louças, é possível inferir que sua ocupação tenha ocorrido durante a década de 1845-50, período pós-guerra dos Farrapos, em que a Vila de Santa Isabel ganhou destaque enquanto contingente

urbano devido aos confrontos ocorridos em seu território. (PREFEITURA DE ARROIO GRANDE, 2021). Vale citar que em 1846, o então povoado foi elevado a Freguesia e curato de Nossa senhora das Graças de Arroio Grande. (PREFEITURA DE ARROIO GRANDE, 2021).

De acordo com Barth (1969), em relações de interdependência, quaisquer variações na demografia de um dos grupos, acarreta efeitos importantes sobre o outro. “A migração e a conquista desempenham um papel intermitente na redistribuição populacional e na mudança de suas relações.” (BARTH, p.204).

Assim sendo, embora houvesse alianças importantes entre elites coloniais e lideranças indígenas no que tange aos negócios do couro e do charque, a estratificação e a desigualdade sobre os grupos colonizados prevalece, visto que as elites coloniais é quem mantinham o controle sobre o comércio. (BARTH, 1969). Com a expansão das fronteiras coloniais, bem como da proliferação de novas estâncias e criação do gado na região que outrora eram consideradas como campos neutrais, os territórios indígenas e dos demais grupos marginalizados foram sendo tomados, enquanto estes eram empurrados para o interior. (BASILE-BECKER, 2006). Com a posse dos territórios próximos aos campos de vacarias, a colônia portuguesa não mais necessitaria dos serviços prestados por lideranças indígenas e changadores no que concerne o comércio pecuarista. Isto porque, em sistemas poliétnicos, a interação entre grupos “não surge da complementaridade das identidades étnicas; ela ocorre inteiramente dentro do quadro dos estatutos e instituições do grupo majoritariamente dominante” (BARTH, p.218). Esse movimento expansionista rumo as fronteiras, rompeu com as relações de interdependência, assim como com as áreas de articulação que constituíam os campos neutrais, com isso, os indígenas:

[...] sem o território que antes lhes pertencera e sem possibilidades de caça, é unicamente empregar-se com o branco de quem fizeram total dependência econômica. As formas de emprego são escassas, resumindo-se no mercado clandestino de couros, no engajamento nos conflitos de fronteira e lutas de independência. Restam-lhes também raras possibilidades de trabalhar como peões de estância, fato que não agradava aos caciques. (BASILE-BECKER, 2006, p.137-138)

No decorrer da primeira metade do século XIX, entre os conflitos territoriais e de delimitações de fronteiras, os indígenas Charrua e Minuano que primeiramente estiveram em relações de interdependência com colonizadores, posteriormente foram vítimas de genocídio através de emboscadas realizadas no território uruguaio, que ficaram conhecidas pelos combates de Mataojos e Salsipuedes na década de 1830. (BASILE-BECKER, 2006; PEDROSO e GUIMARÃES BRITO, 2016).

No contexto que abrange o sítio, em meados do século XIX, já estava bem consolidada na região a economia baseada na pecuária, seus subprodutos e a agricultura, com base na mão de obra escravizada. O monopólio dos territórios ao longo da Mirim, com estâncias e charqueadas, constituía a colonização e expansão luso-brasileira em direção as fronteiras com o Uruguai. As charqueadas estavam instituídas há pelo menos 60 anos na região, desde a primeira charqueada criada em Pelotas em 1780. (ASSUMPÇÃO, 2011). Em relatos de 1835, período que compreende a guerra dos Farrapos, a Vila de Santa Isabel passa a ser notada enquanto um contingente semiurbano, com a presença de militares, escravizados e peões de estância. (SALABERRY et al, 2014). Seu porto localizado no Canal de São Gonçalo, estabelecia contato entre comerciantes locais, estancieiros e charqueadores (SALABERRY et al, 2014), facilitando o comércio entre as lagoas e o porto de Rio Grande, devido à grande extensão que elas apresentam.

A localização do sítio RMG-03, próximo a desembocadura do Canal de São Gonçalo, na região conhecida como Sangradouro, está dissociada do contexto dos demais sítios mapeados até este momento na reserva biológica, o que traz alguns questionamentos quanto sua finalidade. Embora seu contexto esteja associado a época das grandes charqueadas, nos arredores do sítio não há indícios de nenhuma casa sede que vincule o lugar a produção de charque e/ou a lavouras. No entanto, sua aparente construção simplificada, sem aparente acabamento externo presente nos tijolos, pode indicar um uso secundário do local. De acordo com Luccas (2010), as casas sede de charqueadas e estâncias ocupavam preferencialmente lugares elevados na paisagem, com orientação de suas faixadas para o norte ou para leste, com frequente pomares ao redor para proteção dos ventos. Ainda assim, outras construções mais simplificadas, como senzalas, galpões, paióis e atafonas poderiam estar associadas a essas sedes, inclusive galpões utilizados como quarto/casa de hóspede (LUCCAS, 2010). Esses galpões dispõem de bancos, um barril ou talha d'água, um chifre, e as vezes uma cama de lona. (LUCCAS *apud* ISABELLE, 1983, 2010).

Neste sentido, entendendo a dinâmica local e não havendo a presença clara de estâncias e/ou charqueadas próximas, é possível que esse assentamento à margem da lagoa estivesse associado as atividades mercantis da região. Embora a interpretação do sítio esteja dificultada devido a dispersão dos materiais que estão sob influência das águas, ainda sim, levando em consideração a densidade e a forma como estão dispostos os tijolos sobre a faixa de areia, é possível atribuir uma baixa mobilidade a eles quando se comparado aos demais materiais, como colocado por Soares. (2015). Desta forma, calculando a área de dispersão/aglomeração dos tijolos, é viável atribuir uma dimensão à construção, como forma de compreender seu uso.

Futuras atividades de campo no sítio como mapeamentos mais detalhados e escavações poderão trazer mais informações a essa problemática. Todavia, com os dados disponíveis neste momento, sabemos que a área de aglomeração dos tijolos abarca aproximadamente 314m² da faixa de areia, com comprimento e largura das áreas concentradas de 20 metros x 15 metros, indicando uma construção de tamanho considerável. Assim como seu tamanho, os demais materiais associados indicam um uso do lugar para preparo de refeições, dada a variedade de louças e a presença de garrafas, carvões e mesmo materiais faunísticos em conjunto. Sendo assim, ao pensar o sítio associado ao contexto local, é possível que essa construção esteja relacionada a um galpão/casa de paragem a beira da lagoa, como suporte aqueles que estivessem navegando e/ou passando pela região para fins mercantis.

Sua construção em tijolos e telhas, indicam um poder aquisitivo significativo, visto que a produção em olarias, assim como os trabalhos construtivos estavam associados a mão de obra escravizada vinculada a charqueadas e estâncias. Conforme Assumpção (2011), a população escravizada poderia desempenhar trabalhos de “açougueiros, tanoeiros, telheiros, alfaiates, barbeiros, dentistas, canoeiros, carpinteiros, carregadores, carroceiros, oleiros, ourives, pajens, pintores, marceneiros, mascates, sapateiros, padeiros, farinheiro, ferradores, podadores, etc.” (p.149). Em trabalhos realizados por Helen Osório (2000) a partir de inventários da elite mercantil de Rio Grande do início do século XIX, foi possível constatar os grupos com maior e menor cabedal da época. Seriam os comerciantes-charqueadores aqueles com maior montante-mor, enquanto os estancieiros, de menor montante. Entre os grupos classificados, aqueles como maior diversificação do seu trabalho estariam no topo da hierarquia mercantil, devido a flexibilidade dos negócios (OSÓRIO, 2000). A elite mercantil estava “presente tanto nos negociantes de grosso trato da Europa pré-industrial quanto nos da América colonial, e respondia às características destes mercados.” (OSÓRIO, 2000, p. 115).

Os comerciantes-charqueadores ilustram o topo dessa elite mercantil, possuindo armazéns com estoque de produtos manufaturados na região e de fora dela, assim como, seriam eles os possuidores da metade dos barcos e canoas que aparecem nos inventários (OSÓRIO, 2000).

Também são os maiores proprietários de escravos – média de 67 – grande parte deles especializados em tarefas da charqueada, mas também marinheiros, oleiros, campeiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, tanoeiros, calafates, etc. Os três únicos plantéis com mais de 70 escravos encontrados em todos os inventários levantados pertencem a estes comerciantes-charqueadores.

Os bens rurais são compostos essencialmente pelas valorizadas terras ao redor do canal de São Gonçalo, localização ideal e necessária para a produção do charque e escoamento da produção através do porto de Rio Grande. (OSÓRIO, 2000, p. 120).

Sendo assim, seriam esses negociantes os responsáveis pela importação de itens da Europa, que iam para Rio Grande e Porto Alegre, assim como da exportação dos produtos locais; que saiam de Rio Grande para o Rio de Janeiro, e de lá seguiam para Europa. (OSÓRIO, 2000). Igualmente, seriam esses os dirigentes do tráfico de escravizados que ocorria entre as capitanias do Rio de Janeiro e do Rio Grande. (OSÓRIO, 2000).

No Rio de Janeiro, controlavam o tráfico de escravos, a comercialização do açúcar, o abastecimento de trigo e charque do centro-sul, participavam do comércio de importação e exportação para a metrópole, exerciam atividades creditícias e monopolizavam a arrematação de contratos da Coroa (OSÓRIO, 2000, p.115).

No decorrer do século XIX, conflitos ocasionados na Província de São Pedro, fossem eles de caráter político nas fronteiras com o Uruguai, ou no próprio território brasileiro, possuíam causas permeadas pelas questões comerciais e pelo uso dos territórios. A Lagoa Mirim enquanto uma grande zona de articulações transfronteiriças, constituiu parte importante dentro desses confrontos.

Com a instauração da Guerra dos Farrapos a partir de 1835 e a crise que se instituiu ao longo da conflagração, contribuiu para que as charqueadas uruguaias nas planícies da Mirim prosperassem, e fossem responsáveis por um terço de todo charque exportado por Rio Grande durante a década de 1840. O transporte feito através da Mirim e a omissão dos uruguaios diante das taxas alfandegárias sobre os produtos transportados pela Lagoa até o porto de Rio Grande, geraram grande descontentamento da elite charqueadora pelotense, que passaram a reivindicar a taxa de 25% dos produtos uruguaios. As reclamações aconteciam não só pela exportação que se sucedia pela Mirim, mas pelas dificuldades que os charqueadores encontravam na compra do gado vindo do território uruaio, devido aos impostos cobrados nas fronteiras e pelas charqueadas estabelecidas à margem do Rio Jaguarão, que estariam dando prejuízo aos negócios de Pelotas. (MANEGAT, 2020).

Diante desse contexto, charqueadores brasileiros passaram a se estabelecer à margem da Lagoa Mirim na fronteira com o Uruguai, nas regiões dos Rios Jaguarão, Cebollatí e Olimar. No entanto, com a abolição da escravatura e a proibição da utilização de mão de obra escravizada em território uruaio ao fim da década de 1840, impediu que charqueadores brasileiros permanecessem ao sul da Lagoa Mirim, fazendo com que transformassem as propriedades apenas como áreas para criação do gado. Não satisfeitos, a política exercida pela elite charqueadora de Pelotas conseguiu através da política imperial fazer valer seus interesses na região, e mediante de um Tratado de limites em 1851, proibiu toda e qualquer navegação de uruguaios na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão. Com isso, cessaram-se os contrabandos pela Mirim, e com os negócios de charqueadores uruguaios afetados, houve uma diminuição da exportação do charque proveniente do

vale do Rio Jaguarão através da Lagoa. (MANEGAT, 2020). Dessa forma, o Império brasileiro obteve de vez o monopólio da Lagoa Mirim e a elite mercantil o controle sobre as águas que por tanto tempo estabeleceram articulação entre grupos e comércios da região. Esse cenário permaneceria até o Tratado de 1909, quando a Lagoa se tornou novamente em uma área transfronteiriça entre os dois países.

Sendo assim, a partir das datações determinadas a partir da tipologia das louças presentes no sítio, considerando um tempo entre produção, comercialização e uso, é possível que a utilização do sítio com propósitos comerciais abranja esse período entre a década de 1845-50. Época de grande influência dos conflitos políticos e de uso da Lagoa para exportação de mercadorias vindas desde os territórios uruguaios até o porto de Rio Grande. De acordo com dados apresentados por Berute (2011), na década de 1840 houve um crescente aumento nos registros de importação e exportação no porto de Rio Grande, o que justificaria a chegada de louças vindas da Europa. Por outro lado, com o Tratado da Lagoa Mirim em 1851, a dinâmica comercial da lagoa pode ter sido reduzida consideravelmente. Com o tratado, ficou proibida a circulação uruguaios, tanto por água, quanto por terra, tornando a região de uso estrito do governo brasileiro, dificultando qualquer tipo de comércio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lagoa Mirim representa uma importante zona fronteiriça no contexto do desenvolvimento regional, seja pelas fronteiras político/territorial ou étnicas. A colonização hostil entre as Coroas Ibéricas e os grupos marginalizados pelas políticas coloniais, ocasionou numa série de relações que se firmaram através do comércio com a instituição dos campos neutrais. O sítio RMG-03, se enquadra no contexto de desenvolvimento da região e do estabelecimento dessas relações por meio do comércio do couro e do charque. Sua materialidade indica uma ocupação da margem da Lagoa Mirim em meados do século XIX, período em que grandes instabilidades políticas ainda atingiam a região, principalmente no que concerne a questão comercial. Neste sentido, sua localização próxima ao Canal de São Gonçalo poderia estar vinculada a dinâmica mercantil da região. Contudo, sua posição na margem da lagoa, sob forte influência da dinâmica das águas, dificulta sua interpretação devido a desconfiguração causada sazonalmente pela oscilação do nível da lagoa. O desprendimento dos vestígios e sua dispersão sobre a faixa de areia, dificulta a visualização de sua composição inicial e mistura contextos distintos de ocupação.

Ficou claro que a região compunha uma série de interrelações, com base em articulações e interdependências que propiciaram o desenvolvimento econômico da região. Neste sentido, levando em consideração o contexto histórico, a materialidade do sítio e mesmo sua extensão a margem, é possível que seu uso/ocupação estivesse associado a dinâmica mercantil fluvial de grandes comerciantes/charqueadores da época, como suporte aos negócios, dado tamanha a dimensão que a Lagoa dispõe. A Vila de Santa Isabel entra nesse contexto devido a sua proximidade com o sítio e seu povoamento iniciado no princípio do século XIX, assim como na influência que seu porto exerceu em meados do século para a importação e exportação de mercadorias até o porto de Rio Grande, devido a sua estratégica localização entre lagoas. Sendo assim, este trabalho contribui para o preenchimento de algumas lacunas existentes no que tange as pesquisas históricas e arqueológicas da região.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camila. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa-Pr, v. 3, n. 3, p. 115-137, jun. 1998

ALVES, Aluísio. *Análise espacial em um sítio Guarani no litoral sudoeste da Laguna dos Patos, sítio PS-03 Totó*. 2012. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Cap. 3.

ARROIO GRANDE - RS. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE. (ed.). *História*. Disponível em: <https://www.arroiogrande.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 28 set. 2021.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Época das chaqueadas (1780-1888). In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (org.). *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre-RS: Corag, 2011. Cap. 6. p. 139-158

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Cap. 8, p. 256.

BASILE-BECKER, Ítala Irene (ed.). O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Leopoldo - RS: Instituto Anchietano de Pesquisas - Unisinos, 2006. Cap. 5, p. 165. (05).

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis no Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis*. 2011. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, UFRG, Porto Alegre-Rs, 2011.

BORNAL, Wagner Gomes. *Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem*. 2008. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Cap. 7.

BROCHADO, José Proenza. Contato entre europeus e indígenas: um estudo sobre aculturação através das mudanças na cultura material. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pelotas-RS*, v. 2, n. 2, p. 11-47, 1974. Semestral.

CAFFA, Irina Capdepon. Paisajes Geoculturales de la región este de Uruguay. *Revista Mosaico: Revista de História, Goiás*, v. 13, n. 2, p. 7-29, 2020. Contínuo. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8046>. Acesso em: 28 set. 2020.

CALDARELLI, Solange B. *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: rodovia carvalho pinto sp-170*. Rodovia Carvalho Pinto SP-170. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/33307040/Arqueologia_do_Vale_do_Para%C3%ADba_Paulista_RodoviaCarvalhoPinto_2004. Acesso em: 22 out. 2021.

COPÉ, Sílvia M. A ocupação pré-colonial do Sul e Sudeste do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno A. et al (org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 1991. p. 356. (3).

FACCIO, Neide Barrocá; BACCO, Hiuri Marcel di. O grés, a cerâmica vidrada e os vidros dos sítios históricos Itatiba e Itatiba II. *Tópos*, v. 2, n. 1, p. 20-42, 2008.

FRIEDRICH, Ana Cláudia; NIENCHESKI, Luis Felipe H.; SANTOS, Isaac R. dos. Metais dissolvidos e particulados na Lagoa Mirim - RS. 2004. *SAMEGO-FURG*. Disponível em: https://semengo.furg.br/images/2004/24_2004.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

GIL, Tiago Luis. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810). *História Unisinos*, Brasília-Df, v. 18, n. 2, p. 287- 300, 19 mar. 2014. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2014.182.07>.

GOLIN, Tau. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Rio Grande-Rs. *Cartografia da Geopolítica das Guerras: Brasil Meridional*. Rio Grande-RS: Anpuhrs, 2012. 9 p.

GUIMARÃES, Bruno Gomes; SEBEN, Silvia Carolina; DUARTE, Raoni Fonseca. A Fronteira Brasil-Uruguaí: desdobramentos do séc. XVIII ao XX. *Revista Perspectiva: Reflexões sobre a temática internacional*, Porto Alegre-Rs, v. 4, n. 6, p. 49-62, mar. 2011.

HIDROSEDI (Pelotas-RS). *Sistema de Informações de Recursos Hídricos*. 2021. Disponível em: <http://www.hidrosemi.com/siirh>. Acesso em: 24 out. 2021.

LUCCAS, Luís Henrique. SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010, São Carlos-Sp. *Estâncias e fazendas do Rio Grande do Sul: - Arquitetura tradicional da pecuária*. São Carlos-Sp: Eesc/Usp, 2010. 18 p.

MANEGAT, Carla. Brasileiros e pecuária no norte do Uruguai: produção e mercado em meados do século xix. *Mundo Agrario*, v. 21, n. 46, p. 1-18, 8 abr. 2020. Universidad Nacional de La Plata. <http://dx.doi.org/10.24215/15155994e131>.

MILLER, George *et al.* Contando o tempo para os arqueólogos. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte-MG, v. 3, n. 2, p. 1-43, 2009.

MURADÁS, Jones. *A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil*. 2008. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo - Sp, v. 20, n. 39, p. 115-134, 2000.

PEDROSO, A. F.; GUIMARÃES BRITO, A. J. (2016). Vidas do sul: Identidade, Direito e Resistência na América Latina. *RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, 2(4), 556–575. <https://doi.org/10.23899/relacult.v2i4.352>

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores de cerâmicas pré-históricas no rio grande do sul*. 2004. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2004. Cap. 2.

SALABERRY, Jeferson Dutra. Inventário do patrimônio arquitetônico e histórico em Santa Isabel do Sul. *Paranoá: Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo*, Brasília-Df, v. -, n. 13, p. 145-152, jul. 2014.

SALABERRY, Jeferson Dutra; MENDONÇA, Cledenir Vergara; LÔCIO, Eliana Carvalho. Registro e inventário do patrimônio arquitetônico, histórico e natural em Santa Isabel do Sul - Arroio Grande-RS. *Revista Memória em Rede*, Pelotas-Rs, v. 4, n. 10, p. 1-10, jun. 2014. Semestral.

SOARES, Manoella de Souza. *Erosão em margens de reservatório e avaliação geoarqueológica: estudo da área de depleção da uhe capivaricachoeira, pr-brasil*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2015. Cap. 2.

SOARES, Manoella de Souza. Proposta de protocolo de gradeamento para monitoramentos arqueológicos em reservatórios de hidrelétricas já instaladas. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas-RS, v. 15, n. 29, p. 1-16, 2018.

TOCHETTO, Fernanda Bordin *et al.* *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre-Rs: Secretaria Municipal da Cultura, 2001. 168 p.